



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00038

OBJETO: Contratação de empresa especializada para atualização, aquisição e instalação de equipamentos Firewall compatível e serviços de suporte on-site e manutenção de hardware e software
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2023/00681

1. Do Objeto

1.1 Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa especializada para atualização, aquisição e instalação de equipamentos Firewall compatível e serviços de suporte *on-site* e manutenção de hardware e software.

2. Da Justificativa da Contratação

2.1 Esta contratação se fundamenta nos seguintes normativos:

2.1.1 RELIC — Regulamento Interno da Telebras Regulamento de Licitações e Contratos da Telecomunicações Brasileiras S. A.

2.1.2 Lei 13.303/2016: Dispõe sobre o Estatuto jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.1.3 Lei n.º 10.406: institui o Código Civil.

2.1.4 Decreto n.º 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

2.1.6 Instrução Normativa SGD/ME n.º 1, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

2.1.7 Norma Complementar n. 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR - Estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação para o tratamento da informação em ambiente de computação na nuvem.

2.1.8 Decreto 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

2.1.9 Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.1.10 Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

2.1.11 Decreto nº 11.462/2023: Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.2 Esta contratação se justifica nos seguintes termos:

2.2.1 Com o crescimento exponencial de novas formas e ferramentas para a prática de cibercrimes, a necessidade de continuidade do negócio e a evolução de ameaças das mais variadas espécies criam a necessidade de contratação de uma solução que proteja as informações dos órgãos e diminua os riscos de acesso indevido às mesmas.



2.2.2 Dentro do contexto analisado, o firewall, o antivírus, a anti-bot, o IPS e o anti-spam são quesitos de segurança fundamentais, uma vez que regula o tráfego de dados entre redes distintas e impede a transmissão e recepção de informações a partir de acessos nocivos e impedem ataques de malware.

2.2.3 A solução tecnológica objeto da contratação representa a camada de proteção de perímetro da rede de comunicação da Telebras. O atual cenário da Telebras tem como objetivo, a atualização com suporte e manutenção da solução de firewall existente da Telebras a fim de viabilizar o pleno exercício das atribuições estabelecidas no que se refere às demandas encaminhadas.

2.2.4 O atual cenário da Telebras quanto aos equipamentos que compõe a solução de segurança da Telebras estão da seguinte forma:

2.2.4.1 O Firewall do tipo 1 (Firewall Corporativo) modelo CheckPoint 15400 - possui mais de 8 anos de uso. Suporte e Licenças de *Threat Prevention* ativas até junho de 2025. O hardware entrará em *End of Support* em Dezembro de 2025, não elegível para atualizações, apenas troca;

2.2.4.2 O Firewall do tipo 2 (Firewall de DCN - *Data Control Network*) modelo CheckPoint 5070 - possui mais de 10 anos de uso. O Hardware já encontra-se em *End of Support*, não elegível para atualizações, apenas troca;

2.2.4.3 O Firewall do tipo 3 (Firewall de Usuário) é um PFSENSE. Equipamento Open Source que não possui suporte de hardware e software.

2.2.5 Como acontecem com a maioria das tecnologias, estes equipamentos sofrem um processo de depreciação natural que, associado ao avanço das tecnologias, imprime aos gestores a tomada de medidas que garantam a continuidade dos serviços de TI de forma vantajosa.

2.2.6 Diante do exposto, a Telebras busca mitigar os incidentes críticos de segurança e, consequentemente, a indisponibilidade de serviços essenciais por meio da padronização de sua planta de firewalls com aquisição de 3 (três) clusters de firewalls de Firewall e Gerência unificada.

3. Da Classificação do Bem e do Enquadramento Legal

3.1 A contratação de TI analisada neste Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns por apresentar *"padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."*

- De acordo com entendimentos estabelecidos na NT nº 02/2008 SEFTI/TCU:

"Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão [...] Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão."

3.2 O objeto da contratação é comercializado por mais de uma revenda especializada sendo, portanto, padronizado pelo mercado de Tecnologia da Informação, podendo ser utilizada a modalidade de Pregão Eletrônico, conforme recomendações do Parágrafo único do art. 20 da IN04/2010, e do tipo MENOR PREÇO GLOBAL quando for o caso, conforme Art. 2º § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, Decreto nº 10.024 /2019 e art. 54, da Lei 13.303/16.



4. Modalidade de Contratação

4.1 O objeto desse Termo de Referência e seus Anexos enquadra-se nas características definidas no inciso II, do art. 52 e no art. 93 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e, portanto, pode ser adquirido via o Sistema de Registro de Preços (SRP).

4.2 Os serviços a serem adquiridos por este Termo de Referência e seus Anexos foram objetivamente definidos quanto as suas características de desempenho/qualidade e, portanto, enquadram-se no §1º do art. 93 do Regulamento de Licitação e Contratos.

4.3 Todos os serviços que fazem parte do objeto estão disponíveis para compra no mercado, não sendo necessário nenhum tipo de adequação especial e serão adquiridos de forma parcelada, de acordo com a ata de registro de preço, com entrega em função da emissão do Pedido de Compra.

4.4 Os serviços têm a natureza de serviço comum de caráter continuado, por ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado e características comuns pré-estabelecidas, além de ser responsável pelo desempenho das atividades finalísticas da Telebras de forma contínua. Podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, sob o regime de execução na forma de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

4.5 Aplica-se ao SRP da Telebras, no que não conflitar com o Regulamento de Licitações e Compras da Telebras e até que seja editado o decreto de que trata o art. 66 da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, e as disposições do Decreto nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023.

4.6 A agilidade e simplicidade proporcionada pelo Pregão, aliada ao SRP, possibilita que a contratação seja ajustada à necessidade de cada projeto.

5. Agrupamento em Lote Único

5.1 Considerando as características dos serviços envolvidos neste processo, bem como a especialização necessária da empresa a ser contratada para execução dos itens solicitados, verifica-se que a melhor forma de contratação será via um lote único, facilitando, inclusive, a gestão dos futuros contratos.

5.2 Os serviços, os quais são objeto desta licitação, são de alta complexidade e fazem parte de uma solução tecnológica unificada e integrada, a compra mediante um único fornecedor garante a interoperabilidade e padronização entre a solução de TI e a rede da Telebras.

5.2.1 Diferentes fornecedores podem apresentar soluções distintas para um mesmo serviço, inclusive para itens padronizados pelo mercado, o que pode dificultar ou impossibilitar a interoperabilidade da solução.

5.2.2 Devido à complexidade da solução a ser contratada a existência de diversos fornecedores torna a gestão de contratos difícil e demorada, anulando assim qualquer possível vantagem na abertura em diversos lotes.

5.2.3 Com diferentes fornecedores surge o problema da responsabilização de competência, que compreende a situação em que um fabricante / fornecedor delega para o outro a responsabilidade/culpa pelo não funcionamento da solução, gerando atrasos na implantação e na resolução de problemas de interoperabilidade.

5.2.4 Um único fornecedor garante a padronização da rede que reduz custo de operação (OPEX).

6. Da Descrição do Objeto

6.1 Este documento tem por objetivo realizar registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de solução de Solução de 3 (três) clusters de Firewall e Gerência Unificada Checkpoint NGFW (*Next Generation Firewall*), em lote único, com instalação, suporte técnico e garantia pelo período de 60 meses, incluindo a reposição de componentes, quando necessário, atualização de versão dos softwares/firmwares e suporte remoto do fabricante.

6.2 A solução de Firewall NGFW deverá contemplar os requisitos mínimos descritos no **ANEXO A - TLB-ANX-2025/01143**.

7. Dos quantitativos do Objeto

7.1 O registro de preço para contratação ocorrerá em lote único com **trade in** dos equipamentos antigos. Embora composta por um conjunto de hardware e softwares, trata-se de uma solução integrada, isso é, um agregado de elementos de hardware e software licenciados que, como um todo, compõem a segurança de perímetro da Telebras, a fim de atender aos princípios da economicidade e da razoabilidade.



7.1.1 Cada solução de alta disponibilidade (HA) deverá ser composta por (2) dois equipamentos (*appliances*) funcionando em cluster, construídos especificamente para exercer a função de *Next Generation Firewall*, com hardware e software fornecidos pelo mesmo fabricante.

Tabela 1: Descrição dos itens do objeto

CLUSTER	ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
Cluster Tipo I	1	CPAP-SG9700-PLUS-SNBT CPSB-MOB-U*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo I	Unidade	1
	2	CPSB-SNBT-9700-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo I Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5
	3	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo I	Unidade	1
Cluster Tipo II	4	CPAP-SG9400-PLUS-SNBT	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo II	Unidade	1
	5	CPSB-NGFW-9400-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo II Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5
	6	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo II	Unidade	1
Cluster Tipo III	7	CPAP-SG9100-SNBT CPSB-MOB-50*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo III	Unidade	1
	8	CPSB-NGFW-9100-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo III Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5
	9	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo III	Unidade	1
	10	CPSM-NGSM10-EVNT*	Servidor de Gerência Unificada	Unidade	1



Gerência		CPSM-NGSM10-LOG*			
	11	-	Garantia e suporte anual	Ano	5
	12	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização da Gerência	Unidade	1

**As licenças da Gerência, Firewall e Virtual Private Network (VPN) deverão ser perpétuas*

8. Prazos, Local e Condições de Entrega ou Execução

8.1. A CONTRATADA deverá realizar uma reunião de planejamento (*kick-off*), para alinhamento inicial em até 5 dias e apresentar em até 15 dias, ambos contados a partir da emissão do pedido de compra (ordem de serviço), um plano de implantação com cronograma para todas as atividades que serão desempenhadas. No plano de implantação deverá constar todas as atividades de migração de dados/informação/regras/políticas/configurações dos equipamentos atuais para nova solução.

8.2. Prazo de entrega dos produtos: até 60 (sessenta) dias contados da data de emissão da ordem de serviço. A CONTRATADA deverá comunicar com a antecedência de 10 (dez) dias úteis, ao fiscal ou comissão de fiscalização do contrato, a data de entrega dos produtos.

8.3. O endereço para entrega de equipamentos é:

8.3.1 Para os firewall Tipo 1 e Tipo 2 a entrega deverá ocorrer no COPE-P: SHIS, QI 05, Área Especial 12, Bairro Lago Sul, em terreno da Organização Militar do Comando Geral de Operações Aéreas - VI COMAR - CEP: 71.615-600, UF: Brasília/DF.

8.3.2 Para os firewall Tipo 3 a entrega deverá ocorrer na Sede da Telebras: SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco A Salas 201, 202, 214 a 224 - Edifício Capital Financial Center CEP: 70610-440 - Brasília - DF.

8.4. A CONTRATADA prestará serviços de garantia para os equipamentos que compõem a solução, incluindo a atualização de licenças de uso de software e suporte técnico, que compreende a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, objetos de contratação desse termo de referência. A execução contratual terá início imediatamente após a assinatura do contrato, quando a CONTRATADA deverá se comprometer com os prazos e ações estabelecidos neste documento.

8.5. Apresentar à Gerência responsável, aqui denominada GERÊNCIA DE OPERAÇÃO DE REDES E SERVIÇOS (e-mail: gti-infra@telebras.com.br), que é encarregada pelo agendamento e acompanhamento das equipes, um relatório com as intervenções realizadas, mesmo que remotamente, além de um cronograma para o caso de manutenções necessárias preventivamente.

8.6. A CONTRATADA deverá realizar o serviço de implantação da solução e fornecer, juntamente com os produtos, as licenças dos produtos, todas as licenças necessárias ao correto funcionamento da solução, caso necessário e a documentação técnica, completa e atualizada, contendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes, referente a equipamentos e procedimentos que a compõem, todos originais e redigidos em português ou inglês, não sendo aceitas cópias. A documentação técnica poderá ser entregue, também, por meio eletrônico.

8.6.1 O plano de implantação e o serviço de instalação e suporte da solução deverá contemplar os seguintes itens:

8.6.1.1. Avaliação e Planejamento:

8.6.1.1.1 inventário completo de todos os dispositivos conectados;



8.6.1.1.2 documentação das regras e políticas existentes; e

8.6.1.1.3 análise das necessidades atuais e futuras de segurança.

8.6.1.2. Requisitos Técnicos:

8.6.1.2.1 compatibilidade do novo firewall com a infraestrutura existente;

8.6.1.2.2 configuração inicial do hardware e software do novo firewall; e

8.6.1.2.3 preparação de interfaces de rede e segmentos de rede.

8.6.1.3. Migração de Políticas:

8.6.1.3.1 tradução das políticas do firewall atual para o novo;

8.6.1.3.2 teste das políticas antes da implantação; e

8.6.1.3.3 ajustes de políticas para otimização de desempenho e segurança.

8.6.1.4. Procedimentos de Backup:

8.6.1.4.1 backup completo das configurações e regras do firewall atual;

8.6.1.4.2 desenvolvimento de um plano de *rollback* em caso de falha na migração.

8.6.1.5. Implementação:

8.6.1.5.1 instalação física e configuração básica do novo firewall;

8.6.1.5.2 migração das regras e políticas, garantindo a mínima interrupção do serviço; e

8.6.1.5.3 teste funcional para garantir que todas as políticas estejam operacionais.

8.6.1.6. Documentação:

8.6.1.6.1 atualização da documentação de segurança para refletir as novas configurações.

8.6.1.7. Monitoramento e Ajustes Pós-Implantação:

8.6.1.7.1 monitoramento contínuo do novo firewall após a implantação e ajustes necessários com base nos logs de segurança e *feedback* da equipe da Telebras.

8.7. Critérios de Atendimento à CONTRATANTE:

8.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma infraestrutura de atendimento, via telefone ou web, para realização dos chamados técnicos, no caso de manutenção corretiva (suporte técnico).

8.7.2. Na ocasião de necessidade de troca de alguma peça, componente, equipamento ou insumo, deverá ser comprovada sua originalidade, por meio de documento de ateste do fabricante.

8.7.3. Os serviços serão prestados, via de regra, em dias úteis, durante o horário de funcionamento da Telebras, porém no regime 24x7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana) em face da criticidade da solução.

8.7.4. Quando necessário a interrupção no funcionamento dos equipamentos, os serviços poderão ser realizados aos finais de semana e feriados, inclusive no período noturno, e também em dias úteis, mas durante o período noturno, a critério exclusivo da CONTRATANTE.



8.7.5. O serviço de suporte técnico da CONTRATADA deverá ser realizado em regime 24x7, todos os dias do ano, no idioma português, devendo a empresa possuir uma central de atendimento sem custos para CONTRATANTE e atender aos chamados da equipe técnica nos prazos que se seguem:

Tabela 2: Prazo Máximo para Execução de Manutenções Corretivas

Prazo Máximo para Execução de Manutenções Corretivas					
Descrição	Nível de Criticidade/Prioridade	Característica	Início de Atendimento	Solução provisória	Solução Definitiva
			Em tempo corrido a partir da notificação		
Manutenção Corretiva	Crítica	Incidente com paralisação da solução.	15 (quinze) minutos	01 (uma) hora	12 (doze) hora
	Alta	Incidente sem paralisação da solução com indisponibilidade de dados e/ou fluxo.	01 (uma) hora	4 (quatro) horas	24 (vinte e quatro) horas
	Média	Incidente sem paralisação da solução e com comprometimento mediano de dados e/ou ambiente.	02 (duas) horas	12 (doze) horas	48 (quarenta e oito) horas
	Baixa	Incidente sem paralisação da solução e sem comprometimento de dados e/ou ambiente.	02 (duas) horas	24 (vinte e quatro) horas	72 (setenta e duas) horas
Investigação	Alta	Necessidade que envolva vários usuários ou que comprometa a comunicação em dois sistemas ou fora da Telebras	15 (quinze) minutos		12 (doze) horas
	Baixa	Necessidade que envolva apenas um usuário e sem comunicação	01 (uma) hora		48 (quarenta e oito) horas
Dúvidas	Alta	Dúvida que envolva vários usuários ou módulos da solução em questão	15 (quinze) minutos		12 (doze) horas



	Baixa	Dúvida que envolva apenas um usuário ou módulo da solução	01 (uma) hora	-	48 (quarenta e oito) horas
--	-------	---	---------------	---	-------------------------------

8.7.5.1 A substituição de equipamentos ou módulos danificados devem ser totalmente coberto pelo suporte técnico e garantia contratados, e atender aos prazos de manutenção corretiva previstos na Tabela 2.

8.7.6. Considerando que:

8.7.6.1 Início de Atendimento é o tempo em que após o registro/notificação a CONTRATADA inicia a análise e investigação do problema;

8.7.6.2 Solução Provisória é o tempo que, após a notificação, a CONTRATADA envia um procedimento para resolver o problema de forma pontual;

8.7.6.3 Solução Definitiva é o tempo que, após a notificação, a CONTRATADA realiza todas as documentações necessárias e disponibiliza o procedimento/pacote com a correção definitiva do problema.

8.7.7. No prazo estipulado a CONTRATADA deverá executar todas as atividades previstas abaixo, bem como apresentar à Telebras todas as ações de contingência realizadas, no caso de existir:

8.7.7.1 Diagnosticar o problema;

8.7.7.2 Identificar as alternativas de solução;

8.7.7.3 Eliminar o problema detectado e disponibilizar para Telebras as correções necessárias sem que estas comprometam qualquer outro sistema, serviço ou qualquer funcionalidade da solução;

8.7.7.4 Documentar as correções implementadas.

8.8 A aquisição poderá ser feita de forma parcelada. Justifica-se o parcelamento pela necessidade de se atualizar o Firewall de tipo 1 (objetos itens 1, 2 e 3) e a gerência unificada antes de finalizar o contrato vigente em 08.06.2025. Tal situação evitará que sejam realizados outros pregões para aquisição do mesmo material, mantendo a padronização da planta de Firewall e gerando, dessa forma, economia à Telebras. Isso torna a contratação mais eficiente, eficaz e econômica, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

8.9 A contratação será realizada com **trade-in** dos equipamentos antigos, ou seja, a CONTRATADA deverá trocar o firewall antigo por um novo, com o desconto aplicado ao novo equipamento. A CONTRATADA será responsável por recolher o equipamento de firewall atualmente em uso, descritos abaixo:

- 2 (Dois) x Firewalls: Checkpoint NGFW 15400;
- 2 (Dois) x Firewalls: Checkpoint 5070.

8.9.1 Os equipamentos que serão recolhidos deverão estar em condições de uso razoáveis, considerando o tempo de utilização;

8.9.2 O valor de **trade-in** será calculado com base na avaliação do estado do equipamento antigo e será descontado do preço de aquisição do novo equipamento;

8.9.3 O cronograma das atividades de desinstalação e migração deverão estar previstas no plano de implantação;

8.9.4 O recolhimento dos equipamentos antigos e o transporte será de responsabilidade da CONTRATADA. O endereço em que se encontram os equipamentos que serão recolhidos é:



- COPE-P: SHIS, QI 05, Área Especial 12, Bairro Lago Sul, em terreno da Organização Militar do Comando Geral de Operações Aéreas - VI COMAR - CEP: 71.615-600, UF: Brasília/DF.

8.10 A CONTRATADA será responsável pela migração das configurações, regras e políticas de segurança do firewall antigo para o novo.

8.11 A CONTRATADA deverá realizar a desinstalação dos equipamentos antigos e realizar pelo menos as seguintes etapas:

8.11.1. Realização de backup de configuração;

8.11.2. Desinstalação; e

8.11.3. Restauração às configurações de fábrica para apagar qualquer registros sobre a rede corporativa da CONTRATANTE.

8.12 A CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações e acesso necessários para o recolhimento dos equipamentos antigos pela CONTRATADA.

9. Critérios de Segurança da CONTRATANTE

9.1 O ambiente de prestação dos serviços é de alta segurança. Todos os profissionais devem ser credenciados pela CONTRATADA e todos os procedimentos deverão ser solicitados a CONTRATANTE por meio do canal técnico descrito neste Termo de Referência.

9.2 Qualquer equipamento da empresa que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE deve ser identificado pelo uso de placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc, e todos os procedimentos deverão ser solicitados a CONTRATANTE por meio do canal técnico descrito neste Termo de Referência.

9.3 A CONTRATADA deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, assim como as suas atualizações.

9.4 Deve ser mantido sigilo sobre todos ativos de informações e de processos da CONTRATANTE e da CONTRATADA que se refiram à CONTRATANTE, conforme TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, ANEXO B - TLB-ANX-2024/08382-A deste Termo de Referência.

9.5 A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10. Critério de Habilitação da Proposta/Qualificação Técnica

10.1. Relativo à Qualificação Técnica:

10.1.1. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos equipamentos entregues/serviços executados, o nome e cargo do declarante e estar acompanhados de cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

10.1.2. A LICITANTE deverá apresentar documento que comprove o atendimento ao DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 que dispõe que todos os equipamentos destinados às atividades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, deverão ter características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;

10.1.3. Apresentar atestado de capacidade técnica em nome da licitante emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que comprove ter prestado serviço de instalação, configuração e suporte técnico



para solução de Firewall da marca Checkpoint solicitada neste Termo de Referência. Esta exigência se faz necessária no intuito de verificar a experiência e a habilidade técnica da licitante na execução do objeto da licitação;

10.1.4. A contratada deverá ser autorizada pela Checkpoint para fornecer seus licenciamentos, o que será verificado por declaração emitida pelo fabricante;

10.1.5. A contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar cópia autenticada de declaração emitida pela Checkpoint de que é uma revenda autorizada Checkpoint, demonstrando desta forma estar habilitada a operacionalizar contratos de fornecimento de equipamento e licenciamento;

10.1.6. No setor público, o modelo de atuação do fabricante Checkpoint é indireto, por revendas credenciadas. Portanto, é necessário que a empresa contratada faça parte da rede oficial de fornecedores do fabricante e esteja devidamente habilitada para os contratos de fornecimento de hardware e licenciamentos da fabricante Checkpoint;

10.1.7. A empresa melhor classificada deverá comprovar por meio oficial do fabricante que é credenciada /certificada, e esteja em nível de parceria, na solução ofertada;

10.1.8. A licitante deverá apresentar declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá de profissionais com nível superior e com as seguintes certificações ou equivalentes:

10.1.9. No mínimo 02 (dois) técnicos profissionais capacitados e certificados na linha de produtos proposta;

10.1.10. Caso fabricante não possua certificação específica para a linha de produtos serão aceitos profissionais comprovadamente capacitados e aprovados em treinamento formal do fabricante;

10.1.11. Apresentar declaração do fabricante comprovando que os modelos de produtos ofertados estão sendo produzidos (no Brasil ou no exterior) e comercializados normalmente por meio dos canais de venda do fabricante no Brasil, bem como comprovando que tais produtos não constem em listas de *End-of-Support*, *End-of-Sales* e *End-of-Life* do fabricante, até a data de abertura da proposta comercial.

10.1.12. A Telebras reserva-se no direito de fazer diligências para confirmar as informações prestadas nos atestados de capacidade técnica.

11. Critério de Avaliação das Propostas

11.1 O critério para julgamento e classificação das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, ou seja, será considerada vencedora aquela PROPONENTE que apresentar o MENOR PREÇO, sendo aquele resultante da somatória dos valores totais dos itens.

11.1.1 O proponente deve ser entregue no modelo do ANEXO – MODELO DE PROPOSTA.

11.1.2 Como foi possível estabelecer claramente as especificações do objeto Item 6, a seleção da melhor proposta recairá sobre a PROPONENTE que, atendidas as especificações, garanta o MENOR PREÇO.

11.1.3 Os lances concedidos serão aplicados ao valor inicial proposto para o item e estarão refletidos no somatório desses itens para gerar o valor global. 11.1.4 Os lances deverão ser oferecidos por item, mas será considerado, para fins de classificação e julgamento, o MENOR PREÇO GLOBAL, segundo os quantitativos discriminados no item 6.

11.1.5 O valor de cada item deverá ser igual ou menor que o Valor de Referência para aquele item. Caso a proposta vencedora tenha algum item com valor superior ao valor de referência, será realizada negociação com a PROPONENTE para redução dos valores. Caso a negociação falhe, a proposta será desclassificada.

11.1.6 Proposta com itens inexequíveis serão desclassificadas. Consideram-se inexequíveis os itens com valores propostos inferiores a 60% do menor dos seguintes valores:

11.1.6.1 Média aritmética dos valores das demais propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do Preço de Referência para o item; e

11.1.6.2 Do Preço de Referência do item.

11.1.7 Essa contratação é composta por itens organizados em um grupo único para formação da Ata de Registro de preços.



12. Da Estimativa de Preços

12.1 Com fundamento no art. 34 da lei 13.303/2016, o valor estimado do contrato a ser celebrado pela CONTRATANTE será sigiloso, facultando-se à CONTRATANTE, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. A contratação será em lote único com *trade in*, conforme descrito neste documento no capítulo 7 deste termo de referência. Nos preços deverão estar computados os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto, bem como o desconto do valor de *trade in* dos equipamentos antigos.

Tabela 3: Itens a ser contratados

CLUSTER	ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Cluster Tipo I	1	CPAP-SG9700-PLUS-SNBT CPSB-MOB-U*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo I	Unidade	1	R\$	R\$
	2	CPSB-SNBT-9700-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo I Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5	R\$	R\$
	3	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo I	Unidade	1	R\$	R\$
Cluster Tipo II	4	CPAP-SG9400-PLUS-SNBT	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo II	Unidade	1	R\$	R\$
	5	CPSB-NGFW-9400-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo II Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5	R\$	R\$
	6	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo II	Unidade	1	R\$	R\$
	7	CPAP-SG9100-SNBT CPSB-MOB-50*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo III	Unidade	1	R\$	R\$



Cluster Tipo III	8	CPSB-NGFW-9100-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW - Tipo III Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Ano	5	R\$	R\$
	9	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo III	Unidade	1	R\$	R\$
Gerência	10	CPSM-NGSM10-EVNT* CPSM-NGSM10-LOG*	Servidor de Gerência Unificada	Unidade	1	R\$	R\$
	11	-	Garantia e suporte anual	Ano	5	R\$	R\$
	12	-	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização da Gerência	Unidade	1	R\$	R\$

**As licenças da Gerência , Firewall e Virtual Private Network (VPN) deverão ser perpétuas*

12.2 A solução de Firewall deverá ser composta de todos os acessórios de hardware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo: todos os cabos necessários para conectividade lógica, cabos de força padrão internacional IEC, interfaces, suportes, gbics (transceivers) ou rede ethernet (a depender da conectividade de rede do equipamento), conjuntos de trilhos para instalação do *Appliance* em rack padrão de 19” (dezenove polegadas), drivers de controle, softwares de configuração, fontes de alimentação, além dos equipamentos e licenças de subscrição de software para proteção de dados, cujos componentes são descritos no **ANEXO A - TLB-ANX-2025/01143**.

12.3 Todos os equipamentos ofertados para atendimento desta contratação deverão possuir compatibilidade de integração ao ambiente existente da sede da CONTRATANTE.

13. Do Alinhamento Estratégico e Dotação Orçamentária

13.1 Alinhamento PEI 2025-2030: o atendimento da necessidade está alinhado ao planejamento estratégico da Telebras.

13.1.1 I - Perspectiva Conectividade, Inclusão e Transformação Digital, OE.6 - Prover Soluções Robustas e Resilientes para a Segurança das Infraestruturas Governamentais.

13.2 Alinhamento PDTI: o atendimento da necessidade está alinhado ao plano diretor de tecnologia da informação da Telebras.

13.2.1 I - Dimensão: Processos internos:

- OT 17.3 - Garantir a disponibilidade dos serviços de TI em níveis aceitáveis.
- OT 17.5 - Assegurar a segurança da informação na prestação dos serviços.

13.3 Dotação orçamentária está prevista para o ano de 2025. Essa contratação é parte do PLAC - 2025 da Telebras:



- 3700-GTI_13 - Suporte Segurança - Firewall: Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Firewall dado que o ambiente atual está em EOL. Serviço de Suporte e Manutenção 24/7 com troca de peças.

14. Da Vigência do Contrato

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 63 (sessenta e três) meses, a partir da data de sua assinatura em conformidade com o inciso II do art. 119 do Regulamento de Licitação e Contratos da Telebras, por sua execução em prazo inferior onerar excessivamente a realização do negócio.

14.1.1 O prazo de 63 (sessenta e três) meses prevê que a instalação ocorrerá no máximo até o 3º mês do contrato, iniciando a seguir o serviço de suporte, manutenção e garantia por um prazo de 60 (sessenta) meses;

14.1.2 Assim para que haja contrato ativo durante a vigência do suporte e manutenção é necessário que este contrato do Serviço de Garantia e Assistência Técnica esteja válido durante o período de instalação previsto (3 meses) e período de suporte (60 meses) que corresponde a 63 meses.

14.2 Conforme orientação da Nota Jurídica nº TLB-NJU-2024/00041, **"o termo de referência e o contrato a ser assinado tutelarão de maneira distinta a vigência das obrigações em relação aos objetos do contrato, considerando a data de aquisição dos equipamentos."**

14.3 Durante a vigência do Contrato, os preços pactuados poderão ser reajustados, no máximo, com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

14.4 O reajuste poderá ocorrer após, no mínimo, um ano de prestação de serviços, se previamente solicitado;

14.5 Os reajustes subsequentes ao primeiro serão efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre do último reajuste;

14.6 No caso de atraso ou não divulgação do índice, será calculado pela última variação conhecida;

14.7 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8 Da Rescisão do contrato

14.8.1 Este Contrato poderá ser rescindido pelas CONTRATANTES, nos termos do inciso VII do art. 69 da Lei 13.303/2016, combinado com o §1º do art. 116 do RELIC TELEBRAS.

14.8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se às CONTRATANTES o direito à prévia e ampla defesa.

14.8.3. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico financeiro, atualizado;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.9 Da Resilição do contrato

14.9.1 Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato objeto deste Termo de Referência, as partes poderão solicitar a rescisão do instrumento, por meio de aviso formal a ser entregue com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência.

15. Das Condições e Prazos de Pagamento

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar, após o Recebimento Definitivo, nos termos descritos do Termo de Referência, nota fiscal ao Fiscal do Contrato, para que este confirme se o serviço foi executado conforme as disposições contidas neste Contrato.



15.2. Obrigatoriamente deverão constar na Nota Fiscal o banco, agência e número da conta da CONTRATADA. Adicionalmente, a CONTRATANTE fornecerá informações relativas ao processo de tramitação interna que deverá ter suas informações constantes no documento fiscal.

15.3. Além das informações constantes da cláusula anterior, a CONTRATADA deverá informar no documento fiscal o valor do imposto de renda e das contribuições a serem retidas por ocasião do pagamento, conforme disposto na IN/RFB n.º 1.234/2012 e demais normativos da Fazenda Pública. A inobservância dessa exigência implicará em multa por descumprimento de obrigação acessória, prevista neste instrumento, sem prejuízo de comunicação à Receita Federal.

15.4. Cabe ao fiscal do contrato atestar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do recebimento da nota fiscal, que os serviços foram ou não devidamente executados em total consonância com o presente contrato.

15.5. Caso a nota fiscal apresentada esteja em total consonância ao contrato e todas as obrigações relacionadas ao presente documento firmado hajam sido devidamente cumpridas, o Fiscal do Contrato encaminhará a nota fiscal para o departamento responsável para o devido pagamento, que providenciará sua liquidação nas agendas de pagamentos da CONTRATANTE.

15.6. O pagamento será realizado nos termos e nos prazos do quadro abaixo:

Tabela 4: Cronograma de Instalação

CRONOGRAMA	
DESCRIÇÃO	PRAZO MÁXIMO EM DIAS CORRIDOS
Realizar reunião de planejamento (<i>Kick-off</i>)	Até 5 dias após a emissão do pedido de compra
Entregar o Plano de Implantação contendo o planejamento das atividades para a etapa entrega, instalação, configuração e testes dos equipamentos e softwares que compõe a solução.	Até 15 dias após a emissão do pedido de compra
Aprovar o Plano de Implantação para a etapa de entrega, instalação, configuração e testes dos equipamentos e softwares que compõe a solução	Até 20 dias após a emissão do pedido de compra
Concluir a entrega dos equipamentos, softwares e acessórios, juntamente com toda a documentação técnica em meio eletrônico, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização e os demais documentos. A finalização da entrega deverá ser formalizada mediante comunicação escrita da CONTRATADA ao CONTRATANTE.	Até 60 dias após a emissão do pedido de compra
Emitir o Termo de Recebimento Provisório (TRP) após a entrega dos equipamentos, softwares, Plano de Implantação aprovado e demais documentações da solução. O recebimento provisório realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da comunicação da empresa, desde que não haja pendências a cargo da CONTRATADA.	Até 70 dias após a emissão do pedido de compra
Concluir no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório , os serviços de instalação e configuração dos equipamentos e softwares da solução de infraestrutura, realizando todas as	Até 15 dias após a emissão



atividades programadas para esta etapa. A finalização da instalação e configuração deverá ser formalizada mediante comunicação escrita da CONTRATADA ao CONTRATANTE.					do TRP
Emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) após a finalização dos serviços de instalação e configuração, acompanhado da documentação técnica detalhada de todos os procedimentos executados, desde que não haja pendências a cargo da CONTRATADA.					Até 20 dias após a emissão do TRP
CLUSTER	ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO	ENTREGA E INSTALAÇÃO
Cluster Tipo I	1	CPAP-SG9700-PLUS-SNBT CPSB-MOB-U*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo I	O pagamento será <u>integral</u> do hardware, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Entrega: até 60 dias corridos após a emissão do pedido de compra
	2	CPSB-SNBT-9700-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo I Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Anualmente, após entrega do Relatório de chamados e emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Instalação: até 15 dias corridos após emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)
	3	Serviço	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster Tipo I	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).	-
Cluster Tipo II	4	CPAP-SG9400-PLUS-SNBT	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo II	O pagamento será <u>integral</u> do hardware, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Entrega: até 60 dias corridos após a emissão do pedido de compra
	5	CPSB-NGFW-9400-PLUS CPCES-CO-PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo II Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Anualmente, após entrega do Relatório de chamados e emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Instalação: até 15 dias corridos após emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)
	6	Serviço	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster TIPO II	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).	-



Cluster Tipo III	7	CPAP- SG9100- SNBT CPSB- MOB-50*	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo III	O pagamento será integral do hardware, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Entrega: até 60 dias corridos após a emissão do pedido de compra
	8	CPSB- NGFW- 9100- PLUS CPCES- CO- PREMIUM	Cluster de alta disponibilidade Firewall NGFW Tipo III Subscrição (licenças), garantia e suporte anual	Anualmente, após entrega do Relatório de chamados e emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Instalação: até 15 dias corridos após emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)
	9	Serviço	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização do Cluster TIPO III	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).	-
Gerência	10	CPSM- NGSM10- EVNT* CPSM- NGSM10- LOG*	Servidor de Gerência Unificada	O pagamento será integral do hardware, após a Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Entrega: até 60 dias corridos após a emissão do pedido de compra
	11	Serviço	Garantia e suporte anual	Anualmente, após entrega do Relatório de chamados e emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Instalação: até 15 dias corridos após emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)
	12	Serviço	Serviços de Instalação, migração e Configuração / Parametrização da GERÊNCIA	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).	

15.6.1 Todos os produtos e serviços que compõem a solução deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias corridos, a partir da emissão do pedido compra (ordem de serviço), e ativados e configurados para seu pleno uso nos locais designados pela CONTRATANTE e nas condições especificadas em até 15 dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP).

15.6.2 Caso os equipamentos contratados possuam novas funcionalidades ou haja mudanças significativas na console de gerência em relação a utilizada na planta atual, a CONTRATADA deverá providenciar um workshop para habituar os colaboradores sobre as novas funcionalidades. Esse item deve ser tratado na reunião de planejamento.

15.7. A irregularidade para com qualquer dos itens ou a não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela CONTRATANTE por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória, cabendo assim sanções conforme Termo de Referência;

15.8. Havendo dúvida quanto à autenticidade da cópia apresentada, poderá o executor do contrato solicitar a apresentação de documento original ou fotocópia autenticada.



15.9. Verificando a CONTRATANTE que os documentos acima elencados não serão apresentados, lhe cabe o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis para a CONTRATADA.

15.10. As faturas serão atestadas em até 15 (quinze) dias contados a partir da data de entrega na Telebras.

15.11. As notas fiscais deverão ser separadas por item e por equipamento.

15.12. As notas fiscais deverão conter a descrição de todos os materiais e serviços, a fim de permitir a correta segregação dos itens na contabilidade da Telebras. As ordens de serviço e de compra deverão conter os detalhes para permitir essa emissão.

15.13. A nota fiscal que for rejeitada por falta de clareza na descrição do objeto, valor dos impostos, data e validade, dentre outros fatores, será devolvida à CONTRATADA para correções, iniciando a contagem do prazo de pagamento na sua reapresentação.

15.14. O ato de devolução da nota fiscal pela CONTRATADA, conforme exposto no subitem acima, em nenhuma hipótese autoriza ou enseja a CONTRATADA a rescindir a execução do objeto, constante deste Termo de Referência.

15.15. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, desde que a LICITANTE vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será atualizado financeiramente até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPC, pro rata dia, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira em que i = variação IPC.

15.16. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN /SRF nº 480, de 15/12/2004, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

15.17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

16. Da Garantia da Execução do Contrato

16.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Telebras, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, sob qualquer das modalidades previstas no § 1º, Art. 70 da Lei nº 13.303/16, podendo optar por: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.



16.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

16.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.3.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.3.2 Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.3.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

16.3.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

16.4. A garantia prestada será liberada ou restituída após o término da vigência contratual observado o disposto no art. 70, § 4º da Lei nº 13.303/16.

16.5. No caso da utilização de garantia pela Telebras, em função de quaisquer sanções administrativas ou glosa, para se ressarcir de prejuízos resultantes de ação ou omissão da CONTRATADA, bem como para liquidação de danos por ela causados a terceiros, na execução do Contrato, a CONTRATADA deverá fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 05 dias úteis, a contar da data em que for notificada, sob pena de aplicação das penalidades.

16.6. A garantia prestada pela CONTRATADA responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também pelas multas que venham a ser impostas pela Telebras. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.7. Quando a garantia for prestada por meio de títulos da dívida pública, a titularidade destes deverá ser transferida à Telebras, enquanto perdurarem as obrigações da CONTRATADA.

16.8. Em caso de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia, expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos 827 e 836 do Código Civil Brasileiro, assim como conter cláusula de prorrogação automática, até que a Telebras confirme o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA.

17. Da Garantia do Objeto

17.1. A solução deve ser fornecida com garantia *on-site*, de até 60 (sessenta) meses, com pagamento anual das subscrições, suporte e garantia, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

18. Das Sanções e Penalidades

18.1. Com fundamento no art. 49 Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro 2019, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais quando:

18.1.1 não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;



18.1.2 não entregar a documentação exigida no edital;

18.1.3 apresentar documentação falsa;

18.1.4 causar o atraso na execução do objeto;

18.1.5 não manter a proposta;

18.1.6 falhar na execução do contrato;

18.1.7 fraudar a execução do contrato;

18.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

18.1.9 declarar informações falsas; e

18.1.10 cometer fraude fiscal.

18.2. Com fundamento nos artigos 82, 83 e 84 da Lei n.º 13.303, de 2016, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- Advertência; e
- Multa.

Tabela 5: Das sanções e penalidades

Ocorrência	Sanção
Atraso na entrega dos equipamentos;	A CONTRATADA incorrerá em multa moratória diária de 0,2% (dois décimos por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias de atraso e de 5% (cinco por cento) para atraso superior a 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.
Inexecução total ou parcial;	Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
Enviar empregado sem qualificação para executar os serviços de suporte;	1. Por empregado e por dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Suporte e manutenção, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para período superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratado.



Perda de dados e/ou configuração durante a execução de quaisquer serviços solicitados, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público;	1. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato. 2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização;	1. Por serviço e por dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para recusa superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.
Deixar de guardar sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações técnicas da Telebras ou de seus colaboradores que venham ser confiados à CONTRATADA ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e da responsabilização civil e criminal;	1. Por ocorrência, multa de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato. 2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador,	1. Por ocorrência, Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor anual do Contrato, nos primeiros 5 (cinco) dias e de 5% (cinco por cento) para recusa superior a 5 (cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

18.3. Glosas referentes ao Nível Mínimo de Serviço do Suporte Técnico.

Tabela 6: Das glosas referentes ao Nível Mínimo de Serviço do Suporte Técnico.

Penalidades			
Severidade	Prazo para Início de Atendimento	Prazo de Solução Provisória	Prazo de Solução Definitiva
	Em tempo corrido a partir da notificação		
Critica	Correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor anual faturado, para cada hora excedente, quando o início do atendimento dar-se em prazo	Correspondente a 3,5% (três e meio por cento) do valor anual faturado, quando a solução provisória no atendimento dar-se em prazo	Correspondente a 4% (quatro por cento) do valor anual faturado, para cada hora excedente quando a solução definitiva do atendimento dar-se em prazo superior a 12



	superior a 15 minutos, a contar da abertura do chamado.	superior a 01 (uma) hora, a contar da abertura do chamado.	(doze) horas, a contar da abertura do chamado.
Alta	Correspondente a 2% (dois por cento) do valor anual faturado, quando o início do atendimento dar-se em prazo superior a 01 (uma) hora, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor anual faturado, quando a solução provisória no atendimento dar-se em prazo superior a 04 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 3% (três por cento) do valor anual faturado, para cada hora excedente quando a solução definitiva do atendimento der-se em prazo superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado.
Média	Correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor anual faturado, quando o início do atendimento dar-se em prazo superior a 02 (duas) horas, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 2,0% (dois por cento) do valor anual faturado, quando a solução provisória no atendimento dar-se em prazo superior a 12 (doze) horas, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor anual faturado, para cada hora excedente quando a solução definitiva do atendimento dar-se em prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas, a contar da abertura do chamado.
Baixa	Correspondente a 0,5% (meio por cento) do valor anual faturado, quando o início do atendimento dar-se em prazo superior a 02 (duas) horas, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 1,0% (um por cento) do valor anual faturado, quando a solução provisória no atendimento dar-se em prazo superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado.	Correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor anual faturado, para cada hora excedente quando a solução definitiva do atendimento dar-se em prazo superior a 72 (setenta e duas) horas, a contar da abertura do chamado.

18.4. Os valores de glosa, para efeitos do cumprimento do Nível Mínimo de Serviço relativos ao suporte técnico, serão cobrados em referência do montante anual, após devida análise dos descumprimentos.

18.5. Caracteriza-se inexecução parcial do contrato quando a CONTRATADA executa apenas parte do objeto contratado.

18.6. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento próximo ao prazo do pagamento anual, ou seja, na fase da defesa prévia, a Telebras poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente pela Telebras, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

18.7. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na Telebras, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

18.8. As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

19. Das Obrigações da Telebras



19.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato, permitindo acesso às instalações, quando assim for por ela solicitado, em conformidade com os procedimentos internos de segurança da Telebras.

19.1.1 Atrasos causados pela CONTRANTE que impactarem no atendimento dos prazos estabelecidos na Tabela 4, Cronograma de Instalação, poderão suspender a contagem de tempo para efeitos de glosas e multas previstas na Tabela 5, das sanções e penalidades, desde que previamente justificada e acordadas entre as partes.

19.2. Permitir o acesso dos profissionais técnicos da CONTRATADA às suas dependências para entrega das licenças e subscrições e prestação de assistência técnica.

19.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme prazo e forma prevista neste Termo de Referência.

19.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, todas as ocorrências atípicas e irregularidades registradas, em relação a execução do contrato.

19.5. Rejeitar no todo ou em parte os equipamentos não aprovados na fase de aceite, bem como aqueles entregues fora das especificações técnicas definidas.

19.6. Fiscalizar toda a execução do objeto, inclusive durante o período de garantia, como forma de assegurar todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.7. Aplicar à CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

20. Das Obrigações da CONTRATADA

20.1. Realizar a entrega da solução (composta de todos os módulos, subscrições, entre outros) no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão do pedido de compra de acordo com as especificações técnicas e demais condições expressas neste Termo de Referência e Anexos Técnicos.

20.2. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

20.3. Realizar instalação e configuração, contemplando todas as integrações e redundâncias com equipamentos existentes adquiridos pela Telebras.

20.4. Substituir os softwares ou equipamentos recusados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da ciência da recusa ou, ainda, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

20.5. Informar à Telebras os dados relativos à remessa do objeto da aquisição, em particular a data do despacho, a quantidade remetida, o número da Nota Fiscal, o nome da transportadora, dados da equipe de transporte, do veículo e da equipe que ficará responsável pela instalação e a data prevista de entrega, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da chegada dos bens.

20.6. Assegurar a cobertura de garantia de qualidade com assistência técnica qualificada, *on-site*, seguindo-se os padrões dos fabricantes e utilizando-se mão de obra devidamente qualificada e certificada nos equipamentos adquiridos conforme estabelecido no presente Termo de Referência.

20.7. Manter a Central de Atendimento conforme estabelecido no presente Termo de Referência.

20.8. Prover a Telebras das informações necessárias à adequada execução do objeto.

20.9. Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência nas dependências físicas da Telebras, quando necessária à execução do objeto.



20.10. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do objeto.

20.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

20.12. Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

20.13. A CONTRATADA assume total responsabilidade por qualquer dano pessoal e/ou material que seus empregados ou prepostos venham a causar aos colaboradores e/ou patrimônio da CONTRATANTE, a terceiros e /ou ao patrimônio de terceiros, quando da execução do objeto desta licitação e, em especial:

20.13.1 Pelas eventuais multas e outras quaisquer penalidades ou despesas decorrentes da infração de leis e posturas que se relacionarem com a prestação do serviço contratado, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à CONTRATANTE;

20.13.2 Por todo e qualquer acidente de trabalho que porventura venha a ocorrer com seus prepostos durante a execução do serviço, nos termos da Portaria n.º 3.214/78, do Ministério do Trabalho;

20.13.3 Pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não possuem nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

20.13.4 Pelos atos e omissões de seus prepostos quanto a quaisquer danos ou prejuízos que venham a causar a pessoas, ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros.

20.14. A CONTRATADA estipulará o prazo para reparação do(s) dano(s) causados, quando cabível.

20.15. A CONTRATADA, sem ônus adicional para a Telebras, poderá incluir no presente contrato, Seguro de Responsabilidade Civil contra acidentes ou danos pessoais a terceiros, desde que tais eventos possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos e/ou omissões de seus prepostos.

20.16. O término da vigência deste contrato não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por obrigações derivadas ou originadas pela execução do objeto.

21. Gestão de Fiscalização

21.1 A Telebras disponibilizará uma Comissão de Fiscalização de Contrato, formada por funcionários da área técnica da Telebras.

21.1.1 A fiscalização técnica do Contrato será exercida pelos membros da Comissão de Fiscalização de Contrato, com suporte das demais áreas internas da Telebras envolvidas no processo da gestão contratual, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem durante a vigência do Contrato e de tudo dará ciência à Administração, conforme definido no art. 132 do Regulamento de Licitação e Contratos da Telebras.

21.1.2 Denomina-se Fiscal Técnico qualquer membro da Comissão de Fiscalização de Contrato.

21.1.3 Os Fiscais Técnicos irão exercer todas as atribuições definidas no Regulamento de Licitação e Contratos da Telebras, em especial o §2º e §3º do art. 132 do mesmo documento.

21.2 O Presidente da Comissão de Fiscalização de Contrato irá designar para cada Pedido de Compra um Fiscal Técnico responsável.

21.2.1 O Fiscal Técnico designado será responsável pela execução da fiscalização, ou seja, pelo acompanhamento e recebimento do material e dos serviços existentes no Pedido de Compra, gestão dos requisitos contratuais e abertura do processo de pagamento (incluindo a emissão e assinatura de termos e atesto de Notas Fiscais).

21.2.2 A qualquer momento, o Presidente da Comissão de Fiscalização de Contrato poderá mudar o Fiscal Técnico responsável pela gestão de determinado Pedido de Compra.

21.2.3 Os dados do Fiscal Técnico (nome, e-mail e telefone fixo) serão informados à CONTRATADA pelo presidente da Comissão de Fiscalização de Contrato.



21.2.4 Para serviços realizados em estações da Telebras, o Fiscal Técnico poderá solicitar que o técnico de campo da Telebras realize vistoria na localidade e apresente relatório.

21.3 A gestão do Contrato ocorrerá através do acompanhamento da execução dos serviços, reuniões.

21.4 Todas as reuniões realizadas entre a Telebras e a CONTRATADA, durante a execução do Contrato, deverão ser acompanhadas de ata que deverá conter no mínimo:

21.4.1 Data, hora e local da reunião.

21.4.2 Participantes.

21.4.3 Objetivo da reunião.

21.4.4 Assuntos abordados.

21.4.5 Encaminhamentos com a definição de responsável e prazo.

21.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Telebras ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com legislação vigente.

21.6 A CONTRATADA deverá designar um profissional qualificado que atuará como Gestor de Projeto, coordenando os demais profissionais envolvidos no fornecimento do objeto, garantindo a sintonia das diversas atividades e o bom andamento do cronograma.

21.7 A Comissão de Fiscalização de Contrato decidirá de forma colegiada a abertura de Processo Administrativo e a resolução de quaisquer questões não definidas neste Termo de Referência.

22. Da Sustentabilidade Ambiental

22.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na IN/SLTI/MP nº 01/10.

22.2. A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de declaração emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as referidas exigências.

23. Do Consórcio e da Subcontratação

23.1. Por se tratar de fornecimento de bens, não será admitida subcontratação do objeto.

24. Das Disposições Gerais

24.1 A Telebras não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.2 A Telebras reserva-se o direito de efetuar diligências para comprovação dos itens obrigatórios para certificação do mobiliário. Poderá ser exigida, nestas diligências, documentação comprobatória da especialização da empresa e da qualificação do mobiliário.

24.3. Este documento não é vinculante nem enseja à Telebras qualquer obrigação de contratar, a qualquer tempo, o objeto deste Termo de Referência.

24.4. Este documento apresenta as características da aquisição desejada e todas as informações nele contidas são de propriedade da Telebras.

25. Do Foro

25.1 Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

26. Anexos

26.1 ANEXO A - Especificações Técnicas da aquisição -TLB-ANX-2025/01143



26.2 ANEXO B - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TLB-ANX-2024/08382-A

Brasília, 04 de abril de 2025.

VINICIUS COSTA CORREIA
Gerente
Gerência de Tecnologia da Informação

THIAGO FERREIRA PORTELA
Coordenador
Gerência de Tecnologia da Informação

